**OS GINÁSIOS BANDEIRANTES EM IMPERATRIZ E AMARANTE DO MARANHÃO: UMA HISTÓRIA COMPARADA (1966-1976)**

*Emylle Paula Silva (Autora)-Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão*

*(*[*emyllepaula@hotmail.com*](mailto:emyllepaula@hotmail.com)*)*

*Áquila Caroline Brandão de Souza (Coautor1)- Universidade Estadual da Região Tocantina do* [*Maranhão (brandaoaquilacaroline@gmail.com*](mailto:Maranhão%20(brandaoaquilacaroline@gmail.com)*)*

*Magda Mirelly dos Santos Borralho-(Coautor 2) - Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (magdamirelly14@gmail.com)*

**RESUMO**

O presente trabalho tem como objetivo, apontar, a partir do método comparativo, as analogias e diferenças dos ginásios bandeirantes de Imperatriz e de Amarante do Maranhão. O recorte histórico vai de 1966 a 1976. Os dois ginásios estavam inseridos em um projeto de expansão do ensino secundário no Maranhão. A pesquisa se debruçou sobre o Projeto Bandeirante, criado na gestão governamental de José Sarney. Esse projeto, segundo discursos da época, seria fundamental para o desenvolvimento do Estado. A pesquisa surgiu da necessidade de se conhecer a história do ensino secundário no interior do Maranhão. Percebeu-se que, tanto Imperatriz, quanto Amarante necessitava de um ensino secundário público. Em Imperatriz existiam instituições particulares que ofereciam o ensino secundário, entretanto, em Amarante do Maranhão, inexistiam estabelecimentos, mesmo particulares, que ofertassem esse nível de ensino. As instalações dos dois ginásios foram importantes nessas cidades, pois oportunizou, ainda que de forma limitada, o acesso a esse nível em seu caráter público. Fundamentada numa perspectiva comparativa, a pesquisa apresenta observações sobre o público discente, professores e estruturas físicas dos dois ginásios. Com a ampliação do conceito de documento trazida pelos Annales, a pesquisa foi realizada em vestígios como fotografias e testemunhos orais. Além da pesquisa documental, autores como: Bloch (1998), Nascimento (2013) e Souza (2008), subsidiaram a análise.

**Palavras-Chave:** Maranhão. Ginásio Bandeirante. Ensino Secundário.

**1 INTRODUÇÃO**

O Projeto Bandeirante foi um marco na educação maranhense, pois foi responsável pela expansão do ensino secundário público no estado, com a implantação de 95 ginásios entre os anos de 1968 a 1973. A partir da necessidade de se conhecer a inserção de tal projeto, mais especificamente, na educação do interior do Maranhão, foram escolhidos dois ginásios, a saber: os ginásios bandeirantes de Imperatriz e o de Amarante do Maranhão.

Neste trabalho pretende-se refletir sobre os dois ginásios a partir de uma abordagem comparativa. Apontando suas analogias, são tecidas observações sobre público discente, professores e estruturas físicas dos dois ginásios. A partir da ampliação do conceito de documento trazida pelos Annales, a pesquisa foi realizada a partir de testemunhos e vestígios como: entrevistas, fotografias e arquivos escolares.

Para Bloch (1998), à primeira vista, o método comparativo se propõe a apresentar analogias entre objetos de estudos, descrever as curvas da sua evolução, encontrar as semelhanças e as diferenças, e pode ocorrer, ainda, a possibilidade de abertura de novas direções para a investigação, sugeridas pela comparação.

Apresenta-se no trabalho, um breve relato histórico do contexto do ensino secundário no Brasil e no Maranhão. Discorre-se, também, sobre as tentativas de consolidação deste nível de ensino no âmbito nacional e estadual. Por fim, apresentam-se traços dos ginásios bandeirantes de Amarante e Imperatriz, numa perspectiva comparativa.

Para elaboração do trabalho foram realizadas entrevista com dois ex-alunos do GB de Amarante e uma ex-professora do GB de Imperatriz. Além da pesquisa documental autores como: Bloch (1998), Nascimento (2013) e Souza (2008), subsidiaram a análise. Notamos a relevância desta pesquisa para a nossa formação acadêmica e para a reconstrução da história do ensino secundário no interior do Maranhão.

**2 O ENSINO SECUNDÁRIO NO BRASIL E MARANHÃO**

O ensino secundário no Brasil, desde a primeira república é tema de debates e discussões no campo educacional por todo país. A busca por sua consolidação é expressa pelas diversas reformas no decorrer do século XX. Nota-se, que tais reformas, apresentava em seu bojo a estruturação do currículo, discutindo-se sobre sua natureza, se deveria ser humanística ou científica e ainda sobre os fins da formação nesse nível. Todas essas e questões estiveram em pauta, como aponta SOUZA (2008, p.146):

[...] a reestruturação da educação secundária, considerada uma necessidade inadiável, esteve no centro debates educacionais. As polêmicas travadas voltaram a problematizar as finalidades desse ramo do ensino médio, o tipo adequado da formação a ser dada aos alunos, a necessária articulação do secundário com o primário e com o ensino técnico-profissional e a renovação didática em conformidade com o pensamento pedagógico em circulação.

O dualismo no currículo brasileiro era fortemente presente. Segundo Souza (2008) o secundário possuía dois tipos de formação: uma propedêutica, mais humanística, voltada para uma sociedade elitista, que visava o ensino superior, e outra formativa, voltada para um ensino científico, para uma formação mais “técnica”, para as camadas mais populares. Na década de 1930, com o crescimento econômico do país era necessária uma reformulação no ensino secundário. Como afirma Nascimento (2013, p.29):

A demanda propulsionada pelo desenvolvimento nacional, desde meados de 1930, ocasionou novas reivindicações das classes médias e populares urbanas. A modernização dos ginásios seria, então, o ponto inicial de transformação da educação secundária brasileira. A formação para o trabalho, a extensão da escolaridade e a relação entre educação e desenvolvimento econômico, eram temas que estavam na base dessa discussão e posteriores revisões curriculares.

Com necessidade de se organizar o ensino secundário no ano de 1930, houve a reforma Francisco Campos a partir do decreto n.19.850, de 14 de abril, de 1931. De acordo com Souza, essa reforma trouxe uma padronização para ensino secundário do país, no que diz respeito à fiscalização e inspeção federal, “[...] com vistas a viabilizar uma fiscalização exigente e rigorosa” (2008, p.150). O latim, que tinha grande ênfase no currículo, perdeu um pouco de espaço, dando lugar às disciplinas mais científicas. A reforma Campos trouxe relevantes contribuições para organização do ensino secundário:

Para efeito de expedir certificados de habilitação válidos e legais, os estabelecimentos de ensino secundário deveriam requerer ao Ministério da Educação e Saúde Pública, devendo apresentar instalações, edifícios e material de didático apropriado, corpo docente inscrito no registro de professores (SOUZA, 2008, p.150).

Souza (2008) ainda ressalta que, parte desta uniformização, se dava em sua maioria para o ensino secundário privado que, na época, contava com setenta e cinco por cento (75%) das matriculas nesta modalidade de ensino.

A Constituição de 1934 tornou o ensino secundário de responsabilidade do Estado. Com a implantação de uma nova carta em 1937 no “Estado Novo”, o ensino secundário passou a ser de responsabilidade do país, estados e municípios.

Posteriormente, houve a Reforma Capanema, quando Gustavo Capanema assumiu o Ministério da Educação e Saúde no governo Getúlio Vargas, no período de 1934 a 1945. Para Souza (2008), a reforma Capanema em 1942, denominada “Lei Orgânica do Ensino Secundária promulgada a partir do decreto n. 4.244, de nove de abril de 1942, possuía finalidades que atendiam interesse políticos e sociais, colocando as escolas a serviço da construção da identidade nacional e sustentação do regime político vigente. Destacou-se a ampliação do currículo humanístico, com objetivo de formar uma classe dirigente para ocupar cargos de liderança na federação. A ênfase sobre a língua portuguesa estava ao lado de um incentivo ao patriotismo. Existia ainda uma orientação educacional sobre a distribuição de conteúdo em áreas e uma padronização das modalidades de ensino do ginásio e colegial. Segundo a autora:

O ginásio destinado a ministrar o curso de primeiro ciclo e o colégio, compreendendo, além do curso ginasial, os cursos de segundo ciclo. O termo colegial logo foi adotado para designar o segundo ciclo do secundário. Assim, os termos ginásio e colégio e, respectivamente, ginasial e colegial adquiriram uma identidade surpreendentemente na sociedade brasileira até hoje (SOUZA, 2008 p.173).

No ano de 1960, foi aprovada no governo de João Goulart, a primeira LDB, a 4024/61, no dia 20 de dezembro de 1961. Segundo essa lei, a União e os estados deveriam investir, pelo menos, 12% do PIB (Produto Interno Bruto) na educação e também obrigava os estados e municípios a colocarem 20% do orçamento nesta área. O ensino secundário passou a ser de sete anos, podendo ser de quatro anos no ginásio e três anos no colegial. A nova lei trouxe mais flexibilidade ao currículo e autonomia aos estados.

No Maranhão da década de 1960, o ensino secundário público era quase inexistente, encontrando-se apenas na capital. No governo de Newton Bello, que perdurou até 1965, o ensino primário foi o maior alvo de investimentos e, segundo dados, as taxas de analfabetismo chegavam a 80% na época.

D m 1966, o governador eleito, José Sarney, assumiu o mandato com o seguinte discurso: “Uma escola por dia, um ginásio por mês, uma faculdade por ano”. Essa foi à fala de Sarney para a educação na construção do chamado “Maranhão Novo”.

De 1967 a 1968 teve início o Projeto Bandeirante, que tratava da expansão do secundário no Estado. O secretário de educação que esteve à frente foi José Maria Cabral Marques, juntamente com técnicos como: Joel Brito Barros, Anna Maria Saldanha de Castro Soares e Marilene Bílio de Souza dos Santos. O interior do Maranhão “clamava” pelo o ensino secundário público. Segundo Nascimento (2012, p. 82):

Cabral Marques deixa claro que, para além do espontaneísmo, o projeto educacional gestado por ele teria um caráter intencional, sistemático e planejado, ao mesmo tempo em que reafirmava sua competência para esse campo. Destaca-se ainda, agora nas palavras do governador, a pressão que se fazia, por parte dos prefeitos por mais escolas públicas no interior do estado, revelando que o projeto construído posteriormente, ao lado de outros, era resultado, também, de reclamações municipais.

A escolha dos primeiros ginásios implantados se deu a partir das necessidades das cidades que não possuíam tal nível de ensino e, de acordo com Nascimento (2012), levava-se em consideração, ainda, a densidade populacional, clientela, recursos humanos e vias de acessos. Entretanto, o contexto político era determinante para implantação dos ginásios bandeirantes, preferivelmente onde, o então governador, houvesse ganhado as eleições.

Inicialmente, em 1968, foram implantados 35 ginásios. Em 1969 foram instalados mais 27 ginásios. As instalações físicas de vários bandeirantes reaproveitavam instalações já existentes nos municípios para gerar um baixo custo. Em 1971, mais oito ginásios foram implantados, e no ano de 1973 (último ano da implantação dos ginásios) implantaram-se dois ginásios. Por mais que o número de ginásios públicos estaduais superasse o número de ginásios particulares, isso não significou uma superação, em termos de matrículas, da rede pública em relação à particular. Como afirma Nascimento (2012, p.87):

Como se percebe, a instalação de 84 ginásios em três anos não significava, proporcionalmente, o aumento de matrículas no ensino secundário público e de responsabilidade do estado. Apesar de ultrapassar quantitativamente a rede particular em termos de unidades escolares, no que se refere às matrículas, a segunda rede continuaria dominando a oferta de vagas nesse nível de ensino. O reduzido número de turmas implantadas inicialmente em cada ginásio pode ser explicado, entre outros fatores, pelo reduzido quadro docente para atuação no estado, ainda que fosse só com a formação no magistério.

Com a nova LDB 5692/71, houve uma integração do primário com o ginásio, dando origem ao denominado, 1° grau, com duração de oito anos, já o 2° grau, se concentrou no ensino técnico, que visava à qualificação da mão de obra. Souza (2008, p. 267) afirma que:

[...] a mudança de nomenclatura visava a descontruir a estrutura educacional sedimentada ao longo do século XX, imprimindo uma nova orientação e substituindo os sentidos simbólicos consagrados em torno do ensino primário e secundário e técnico e suas instituições características – os grupos escolares, os ginásios, os colégios com os cursos clássicos e os científicos, os ginásios industriais etc.

Após a LDB de 1971, no Maranhão, sob a direção da Secretaria de Educação, o então Luiz de Moraes Rêgo, designou que os ginásios seriam integrados ao primário, sendo o segundo nível do primeiro grau, formando a partir daí as unidades integradas.

**3 OS GINÁSIOS BANDEIRANTES EM IMPERATRIZ E AMARANTE**

Os ginásios bandeirantes de Imperatriz e Amarante, ambos instalados em 1969, foram importantes para suas respectivas cidades, que não possuíam este nível de ensino, em caráter público. No que diz respeito às escolhas para instalações dos ginásios, pode-se dizer que Imperatriz, à época, era uma cidade de grande influência econômica, por ser considerado “coração do estado” neste aspecto. Já Amarante do Maranhão, não possuía nenhum aspecto que chamasse atenção nesse sentido, exceto, a inexistência de uma instituição no nível secundário.

Em 1969, na gestão municipal do prefeito, José de Ribamar Fiquene, foi fundado o Ginásio Bandeirante de Imperatriz-MA. De acordo com o histórico escolar do Centro de Ensino Nascimento de Moraes, o ginásio contava com 911 alunos distribuídos nos turnos matutino e vespertino, na direção de Iris Assunção e sob a coordenação de Janice Coêlho Miranda. Iniciou seus trabalhos com cinco turmas. O ginásio bandeirante de Imperatriz funcionava em parte do espaço físico da atual Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão/UEMASUL. Nessas mesmas instalações, funcionava no turno noturno a Escola Normal Pedagógica de Imperatriz.

O ginásio bandeirante de Amarante do Maranhão – MA, passou a funcionar a partir do dia 20 de Agosto de 1969, usando as instalações de uma casa de eventos, denominada “O prédio”. Nesse mesmo espaço, funcionava uma escola que tinha apenas o primário, cujo nome era, “Padre João Batista Teixeira”. Esse espaço havia sido reformado e adaptado para funcionar a escola. Inicialmente, o ginásio começou com uma turma no turno vespertino, depois passou a funcionar também com outras turmas no turno noturno, na gestão municipal de José Ribamar Alves Ribeiro. Até então, a cidade não possuía um ginásio.



Fotografia 1-GB Amarante após reforma. Ano desconhecido Fonte: arquivo pessoal

Segundo depoimentos de ex-integrantes dos dois ginásios, para adentrar no curso ginasial, era necessário à realização de uma prova *“comparada ao vestibular das faculdades de hoje em dia”*. Era o chamado Exame de Admissão, que funcionou, por muito tempo, como um filtro que limitava a entrada sugerida pela demanda de pessoas que precisam cursar o secundário, à época.

Em ambas as cidades os ginásios foram instalados em estruturas físicas já existentes. O corpo docente dos ginásios, em sua maioria, veio de São Luís e demais capitais do país. Inicialmente a formação ocorria em São Luís, mas depois, apenas os professores de Imperatriz iam a São Luís e, posteriormente, forneciam formação aos demais da região. O corpo docente de Imperatriz, em sua maioria, era formado por professores locais, pois a cidade já possuía o curso normal. Já em Amarante do Maranhão, era formada por professores oriundos de São Luís e de outros lugares.

Segundo professora A (2017) entrevistada do GB de Imperatriz, no que diz respeito à formação dos professores:

“As formações inicialmente foram realizadas pelos professores de São Luís, depois Imperatriz se tornou um polo, onde vinha vários professores da região. As formações eram realizadas de forma bem intensa nos finais de semana, uma vez no mês.“

Fotografia 2- Professoras dos ginásios em formação no GB Imperatriz-1972

Fonte: (NASCIMENTO, 2013, p.139)

Tanto no ginásio de Imperatriz, quanto no de Amarante do Maranhão, existiam bibliotecas, sendo que, em Imperatriz, segundos relatos, esse espaço era bastante estruturado. Já a de Amarante era bem menor, contando com poucos livros e funcionando numa minúscula sala. Sobre essa biblioteca, um ex-aluno A (2017) do GB Amarante do Maranhão, disse: *“[...] minha filha, era coisa pouca, tinha apenas alguns livros e ficava numa salinha pequena... coisa pouca.”*. Já sobre a de Imperatriz, a professora A (2017), disse: *“[...] ah, era coisa de primeiro mundo porque quando começou o ginásio, começou a todo o vapor. Vieram muitos livros e tudo de primeira qualidade”.*

No currículo do projeto bandeirante existia a disciplina de técnicas agrícolas. Segundo o Projeto Bandeirante: *“As técnicas de comércio e agrícolas será dada ênfase particular, proporcionando aos educandos uma formação útil a si mesmo e á comunidade.”* (MARANHÃO, 1968, p.6).

De acordo com o Projeto Bandeirante, tal disciplina deveria ter como objetivo o desenvolvimento da agricultura local da região, já que a economia do estado tinha como base a agricultura e a pecuária. Para desenvolvimento da disciplina foram implantadas hortas dentro dos ginásios, mantidas pelos próprios estudantes, instruídos pelo professor.

Segundo ex-aluna B (2017) do GB de Amarante havia uma horta para prática da disciplina técnicas agrícolas: *“[...] tinha uns canteiros pequenos, em que a gente plantava cebola, coentro, salsa e gente levava pra casa ou se quisesse vendia. Mas ninguém vendia não, ficava pra si.”*. Uma ex – professora A (2017) do GB Imperatriz relatou: *“[...] havia uma horta, bem grande para a disciplina técnicas agrícolas e os alunos cuidavam nos finais de semana”.*

No que diz respeito aos fardamentos, não foram encontradas evidências se eram iguais nos dois ginásios. Entretanto, relataremos as suas características a partir das memórias dos entrevistados. Segundo ex-aluna B (2017) , do GB Amarante do Maranhão:

“[...] as meninas usavam saias de prega, abaixo do joelho, com meios brancos e sapato fechado preto e blusa branca. Os meninos calças preta e camisa branca com gravatinha. Tinha um traço bordado na manga da blusa das meninas e na gravata dos meninos que pra marcar a serie que nós estudávamos. Não podia ir sem a meia e sem o sapato, pois tinham um homem na porta que fiscalizava e, se tivesse com o pé machucado, um pé ia no chinelo e o outro no sapato.”

Nota- se no discurso da ex-aluna, traços marcantes de uma cultura escolar que prezava pela padronização e organização do fardamento com rigor. O mesmo discurso de padronização é notado na fala da ex-professora A (2017) do GB Imperatriz, quando a mesma diz que o fardamento das meninas eram saias e blusas e dos meninos calças e camisas e todos iguais.

A partir da implantação das unidades integradas, o GB Imperatriz, em 1974, passou a se chamar “Complexo Educacional Mourão Rangel”, funcionando no mesmo endereço. Posteriormente, em 1976, no dia 23 de maio, esse complexo foi desmembrado, dando origem a “Unidade Escolar Nascimento de Moraes”, funcionando em um novo endereço com a modalidade de ensino médio. Em Amarante do Maranhão, passou a ser novamente chamado de Unidade Escolar Padre João Batista Teixeira. Mas por influência do que foi o projeto bandeirante, ainda hoje, a escola é conhecida popularmente por “Bandeirante”.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O ensino secundário no país sofreu, durante o século XX, reformas que influenciaram esse nível de ensino no Maranhão. A necessidade de popularização teve seu auge no governo de José Sarney. O Projeto Bandeirante era uma promessa diante da necessidade de suprir a falta de ensino secundário no interior do estado e contribuir para a formação profissional local.

Partindo da proposta de Bloch, buscamos comparar os dois ginásios, de Amarante do Maranhão e de Imperatriz, mostrando a relevância para as suas respectivas cidades. A comparação revelou aspectos das estruturas físicas, exames de admissão e currículos. Perceberam-se também suas diferenças quanto à estrutura das bibliotecas, hortas e corpo docente. Ressalta-se que, apesar das limitações vivenciadas nesses ginásios, o projeto foi de suma importância para a construção do ensino secundário público no interior do Maranhão.

Tanto para cidade de Imperatriz, quanto para Amarante do Maranhão, os ginásios foram o marco inicial para prover a falta de ensino em nível secundário. No decorrer das entrevistas notou-se a importância pessoal e profissional desses ginásios para alunos e professores.

**REFERENCIAS**

A, ex-aluno GB Amarante. Entrevista concedida a Àquila Caroline Brandão de Souza. Amarante do Maranhão, 30 de Abr. 2017.

A, ex-professora GB Imperatriz. Entrevista concedida a Emylle Paula Silva. Imperatriz, 27 de Abr.2017.

B, ex-aluno GB Amarante. Entrevista concedida a Magda Mirelly dos Santos Borralho. Amarante do Maranhão, 30 de abr. 2017.

BLOCH, Marc. Para uma história comparada das sociedades europeias.In: História e historiadores. Lisboa: Teorema, 1998.

MARANHÃO. Secretaria de Estado de Educação. **Projeto Bandeirante.** São Luís, 1968. Mimeografado.

NASCIMENTO, Elizânia Sousa do. Desbravando inteligências para o desenvolvimento: o projeto Bandeirante e a expansão do Ensino Secundário no Maranhão (1968-1973). Dissertação (Mestrado em educação) Programa de Pós Graduação. Universidade Federal do Piauí, Teresina: Piauí, 2013.

SOUZA, Rosa Fátima. História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX: ensino primário e secundário no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008.